

O trabalhador que pedir demissão está mais perto de poder sacar integralmente o FGTS. Projeto do Senado com esse objetivo foi aprovado ontem (11) pela Comissão de Assuntos Sociais. Caso não haja apresentação de recurso para análise no plenário, o texto seguirá diretamente para apreciação na Câmara. Para o relator, senador Paulo Paim, é mais um passo rumo à “correção de uma distorção histórica”.

Nova equipe econômica não revê previsão de 3% do PIB, mas almeja reformas

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem (11), que a nova equipe econômica não pretende revisar para baixo a projeção de crescimento do PIB, atualmente em 3%. “Ainda não estamos revendo previsão de crescimento para o ano”, respondeu. Para ele, embora as projeções do governo e do mercado estejam em 3% ou 2,8%, existem sinais claros da retomada do crescimento disseminados em diversos setores.

“Há inclusive crescimento de investimentos e bens de capital. Vamos monitorar o crescimento e, se ao longo do ano entendermos

necessária uma revisão, a faremos”, afirmou. Perguntado se o IPCA baixo do começo do ano não denota um ritmo menor de expansão na economia, ele disse que a inflação de fato está abaixo da meta, mas ponderou que, expurgados alimentos e os preços administrados, estaria em um patamar mais próximo do objetivo do governo.

Guardia afirmou que gostaria de mandar projetos de simplificação do PIS/Cofins e do ICMS ao mesmo tempo para o Congresso, mas admitiu que a discussão sobre o imposto estadual é mais complicada e está menos madura. “A discussão sobre o ICMS começou com o Confaz

na semana passada e existe uma proposta de texto para discutir com os secretários de Fazenda dos governos estaduais”, afirmou. “Não vejo problema em mandar os projetos em separado. Seria bom mandar junto, mas não será necessário”, completou.

Lembrou que o ICMS e o PIS/Cofins são os dois maiores impostos na carga tributária brasileira, equivalendo a 7% e 4% do PIB, respectivamente. “São impostos muito relevantes e com legislação complexa”, definiu, ao citar que o maior problema do ICMS são as alíquotas interestaduais, cujas diferenças estão no centro da guerra fiscal entre



Novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o ex-ministro Henrique Meirelles, na cerimônia de transmissão de cargo.

os Estados. “O caminho seria levar tributação para o destino com uma alíquota de até 4%”, adiantou.

Outro objetivo do projeto seria simplificar as legislações estaduais para a

cobrança do imposto. “São 27 regras tributárias diferentes para um mesmo produto. É fundamental haver uma simplificação com tentativa de unificação de alíquotas”, acrescentou. Outro problema

do ICMS a ser atacado seria o acúmulo de créditos no setor exportador. Guardia repetiu que a carga tributária geral continuará a mesma, por isso não deve haver problema para os Estados (AE).

Contribuição dos nossos militares para o Brasil



Presidente Temer cumprimenta o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, na cerimônia de apresentação dos oficiais gerais recém-promovidos.

Brasília - Com a presença dos comandantes das três Forças Armadas, o presidente Temer afirmou ontem (11), que “todos sabem da contribuição dos nossos militares para o Brasil” e que “todos sem exceção têm um papel a desempenhar”. “Estamos todos engajados na construção de um país de paz, de prosperidade, de ordem e de progresso”, disse em cerimônia de apresentação dos Oficiais Gerais promovidos, no Palácio do Planalto.

Na cerimônia de ontem foram promovidos no total 69 oficiais-generais, sendo 18 da

Marinha, 36 no Exército e 15 na Aeronáutica. Temer chegou acompanhado do ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, e da esposa do ministro.

Temer citou que está na Constituição que as Forças Armadas são instituições permanentes e destacou ainda que são forças que “cumprem com sua missão de proteção”. “Prestigiamos a competência, a dedicação e o patriotismo dos nossos oficiais-generais. Atributos testados e comprovados ao longo de décadas de serviços prestados à nação”, afirmou (AE).

Lula recebe os mesmos benefícios

A Polícia Federal (PF) informou ontem (11), por meio de nota, que o ex-presidente Lula, réu da Lava Jato que cumpre pena na sede da PF no Paraná, não recebe “qualquer outro benefício que não se aplique aos demais custodiados que se encontram atualmente na unidade policial”.

O regime de visitas de advogados e familiares aplicado não sofreu qualquer alteração destinada a beneficiar o ex-presidente. Além disso, acrescenta a nota, o presidente não tem contato com “nenhuma pessoa ou mesmo servidor, à exceção daqueles envolvidos na sua segurança”.

“Todos os procedimentos adotados com relação ao ex-presidente são os mesmos aplicados aos demais custodiados, salvo exceções específicas autorizadas pelo Juízo da 12ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos procedimentos de execução penal”, acrescenta a nota (ABR).

Maia defende tramitação de PEC para prisão em 2ª instância

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, voltou a defender a tramitação da proposta que permite a prisão de réus condenados em segunda instância. Segundo Maia, apesar de a intervenção federal no setor de segurança pública do Rio de Janeiro impedir a aprovação das chamadas PECs em caráter final, o caminho “correto” é que as proposições continuem tramitando na Casa. “Não podemos emendar a Constituição, mas nada proíbe o trâmite de matérias de emenda constitucional”, disse.

Ontem (11), o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Daniel Vilela (MDB-GO), aceitou a retirada de pauta de outra proposta, ao avaliar uma questão de ordem da oposição sobre o tema. Relator da PEC que define a prisão do réu após



Para Maia, nada proíbe o trâmite de matérias de emenda constitucional.

confirmação da sentença em segunda instância, Rubens Bueno (PPS-PR) protestou contra o que classificou de “acórdão” para impedir a tramitação da matéria.

“Na primeira Casa e nas primeiras comissões, o debate

é verdadeiro, o debate é permanente. Nada pode impedir. A não ser aquilo que soa para mim como um grande acordo neste momento para impedir que se discuta e se debata a questão da prisão a partir da segunda instância. Um acórdão daqueles que não querem ver o país avançar no combate à corrupção. Isso é muito grave para o país”, criticou.

Autor da questão de ordem, o deputado Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA) informou que a oposição está recorrendo da decisão de Maia. “Ele decidiu que [as PECs] podem ser votadas nas comissões. O deputado Paulo Teixeira [PT-SP] está apresentando um recurso contra a decisão. Respeito muito o presidente, mas quem melhor interpreta a Constituição e o Regimento, é a CCJ”, argumentou (ABR).

PGR pede prioridade no julgamento da Lava Jato

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu ao STF que priorize em sua pauta de julgamentos o primeiro desfecho de uma ação penal da Lava Jato na Corte. Desde o início da operação, em 2014, nenhum processo criminal da Lava Jato foi concluído no STF. Um dos mais próximos do julgamento final, no qual será decidida a condenação ou absolvição do réu, é o que envolve o deputado Nelson Meurer (PP-PR) e seus dois filhos, Nelson Meurer Júnior e Cristiano Augusto Meurer.

Foi nesta ação penal que Dodge pediu prioridade, “haja visto o risco de ocorrência de prescrição retroativa quanto ao réu Nelson Meurer caso este seja condenado à pena mínima (de 2 anos de reclusão) no que tange ao crime de corrupção passiva”, escreveu a procuradora-geral da República. O deputado foi denunciado em outubro de 2015 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

A acusação tem como ponto de partida a delação premiada



Procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

de Paulo Roberto Costa, ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. Em suas alegações finais, a defesa de Meurer afirmou que o MPF não conseguiu comprovar a denúncia contra o deputado, ficando a imputação dos crimes baseada somente nas palavras do colaborador, o que é insuficiente para a condenação.

O caso já foi enviado pelo ministro Edson Fachin para o gabinete do revisor, ministro Celso de Mello, última etapa antes que a ação penal possa ser levada a julgamento. Não há prazo para que isso ocorra (ABR).

Brasil tem mais de 86 mil pedidos de refúgio

O Brasil tem mais de 86 mil pedidos de reconhecimento de refúgio acumulados, segundo dados do relatório Refúgio em Números, do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). Em todo o mundo, existem mais de 2,8 milhões de solicitações semelhantes e 22,5 milhões de pessoas já consideradas refugiadas.

No Brasil, a nacionalidade com o maior número de solicitações em trâmite é a venezuelana (33%). Até agora, apenas 18 venezuelanos foram reconhecidos nesta condição, sendo quatro em 2015 e 14 em 2016. Em geral, essa população é tratada como migrante. Isto porque, segundo a legislação brasileira, são refugiados apenas aquelas pessoas que têm que sair de seu país de origem devido à perseguição política ou religiosa.

O Ministério da Justiça explica que o crescimento de pedidos deve-se à crise naquele país e que a abordagem dada aos cidadãos venezuelanos ainda não foi definida pelo governo federal. Em 2017, a população venezuelana foi a que mais solicitou reconhecimento da



A nacionalidade com o maior número de solicitações em trâmite é a venezuelana (33%).

condição de refugiado. Foram 17.865 pedidos, o que equivale a 53% de todas as 33.866 solicitações recebidas no ano passado.

Em relação à origem, as nações com maior número de pedidos foram, além da Venezuela: Cuba (2.373 pedidos), Haiti (2.362) e Angola (2.036). Aotodo, o Conare reconheceu 587 refugiados em 2017, sendo 310 sírios e 106 originários da República Democrática do Congo. Das pessoas reconhecidas, 44% têm entre 30 e 59 anos, 33% estão na faixa etária entre 18 e 29 anos e 14% têm entre 0 e 12 anos (ABR).

Venda da Eletrobras ‘ainda’ no primeiro semestre

Brasília - Embora o projeto de privatização da Eletrobras esteja emperrado na Câmara dos Deputados, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, defendeu ontem (11), que a proposta seja aprovada ainda no primeiro semestre para que a desestatização ocorra em 2018. “Se há algum problema de articulação, temos que trabalhar para melhorar. O ministro (de Minas e Energia) Moreira Franco está empurrando e vamos sentar com os parlamentares para retomar o ritmo desse projeto que é extremamente importante para o País”, afirmou.

Segundo ele, não existe uma restrição formal da lei eleitoral para que o projeto seja votado no segundo semestre, mas há uma dificuldade de obter quórum no parlamento durante esse período. “É preciso aprovar



a lei no Congresso ainda no primeiro semestre, para levar a proposta à assembleia de acionistas da Eletrobras e tornar o cronograma factível para realizar processo ainda este ano”, respondeu o ministro. Guardia lembrou que a expectativa de arrecadação de R\$ 12 bilhões com a desestatização da empresa e o processo de desotização de usinas está em uma conta de reserva no orçamento “Se a operação não acontecer neste ano, não será necessário um ajuste adicional na programação orçamentária”, concluiu (AE).

“No Brasil quase todos os presidencialistas falam no capitalismo, conquanto não se saiba bem se querem a cabeça ou gostam do bolso dos capitalistas”.

Roberto Campos (1917/2001)
Economista brasileiro

BOLSAS

O Ibovespa: +0,87% Pontos: 85.245,58 Máxima de +1,07% : 85.417 pontos Mínima de -0,2% : 84.340 pontos Volume: 9,78 bilhões Variação em 2018: 11,57% Variação no mês: -0,14% Dow Jones: -0,9% Pontos: 24.189,45 Nasdaq: -0,36% Pontos: 7.069,03 Ibovespa

Futuro: +0,7% Pontos: 85.390 Máxima (pontos): 85.585 Mínima (pontos): 84.165. Global 40 Cotação: 809,564 centavos de dólar Variação: -1,36%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,3850 Venda: R\$ 3,3860 Variação: -0,72% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,46 Venda: R\$ 3,56 Variação: -0,65% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,4046 Venda: R\$ 3,4052 Variação: -0,42% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,3400 Venda: R\$ 3,5270 Variação: -0,65% - Dólar

Futuro (maio) Cotação: R\$ 3,3900 Variação: -0,73% - Euro (17h34) Compra: US\$ 1,2369 Venda: US\$ 1,2369 Variação: +0,13% - Euro comercial Compra: R\$ 4,1850 Venda: R\$ 4,1870 Variação: -0,59% - Euro turismo Compra: R\$ 4,1500 Venda: R\$ 4,3330 Variação: -0,85%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 6,36% ao ano. - Capital de giro, 9,44% ao ano. - Hot money, 1,04% ao mês. - CDI, 6,39% ao ano. - Over a 6,40%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.360,00 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +1,05% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 147,000 Variação: +0,68%.